



Haverá mutirões para atualizar o serviço de algumas varas. Criaremos um turno matutino para aproveitar a capacidade de nossas instalações

Desembargador Hermenegildo Gonçalves, quais são as suas prioridades à frente do Judiciário do Distrito Federal?

A minha meta principal é a agilização da Justiça. Pelo que percebo, a maior queixa dos jurisdicionados, aliás, endossada por boa parte da imprensa, é relativa ao que se intitula demora do Judiciário. Como essa é a maior queixa, a minha maior meta é eliminar a demora. Ou seja, dinamizar, agilizar a Justiça.

Como o senhor pretende fazer isso?

Por meio de medidas administrativas. Como por exemplo, fazer alguns mutirões para atualizar o serviço daquelas varas que se encontrem com a pauta mais carregada. Vamos também criar um turno matutino para podermos aproveitar a capacidade das nossas instalações no período da manhã. Já que elas ficam aí, ociosas, quando nós temos muitas e muitas pessoas interessadas em procurar os seus processos e podem fazê-lo na parte da manhã. Estas são duas medidas que já tenho em mente para agilizar o nosso serviço. Mas são medidas administrativas. Agora, medidas que dependem de ação legislativa. Nós temos um projeto de lei, que está na Câmara dos Deputados e que vai criar possibilidade de implantarmos os chamados juizados especiais de pequenas causas. Este juizado já está funcionando no DF. Mas funciona de forma precária, porque não temos a nossa lei.

Então o que foi feito?

O Tribunal elaborou uma resolução, aproveitou algumas poucas varas da Justiça comum, que não estavam instaladas, e colocou para funcionar. Temos meia dúzia de varas no Plano Piloto, quatro em Taguatinga e nas demais cidades não temos absolutamente nada. Então, o que acontece? O juiz das varas comuns acumula mais esta função. Isto, definitivamente, não está funcionando da maneira que eu quero. E a prova é a seguinte: as pessoas chegam lá e não podem ser atendidas. Queremos arrancar esta lei do Congresso Nacional. E logo que estivermos com ela em mãos, queremos instalar os juizados especiais de pequenas causas, parte cível e parte criminal, para que nossa Justiça

'Superlotação das prisões afeta Justiça'

JAIRO VIANA

Dar maior agilidade à Justiça. É o que promete o desembargador Hermenegildo Gonçalves, que assume, nesta quarta-feira (22), a presidência do Tribunal de Justiça do DF, junto com o vice, Asdrúbal

Cruxen e o corregedor, Lécio Resende. Para isso, ele pretende fazer um grande mutirão para acabar com os processos encalhados nas prateleiras das varas do DF. E, em seguida, criar o turno matutino de funcionamento. O desembargador quer articular, junto aos parlamentares, a votação urgente da lei que cria os juizados especiais para o Distrito Federal, com o objetivo de dinamizar o atendimento da população nas cidades do DF. Em entrevista ao *Jornal de Brasília*, Hermenegildo Gonçalves defendeu a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois considera a delinquência juvenil o maior problema enfrentado pelo País. Quer estabelecer uma relação harmônica com a imprensa e propõe a cobrança de um percentual para que o cidadão possa recorrer nas causas cíveis, a fim de evitar os recursos protelatórios.

Fotos: Andreia Fiuza



ça seja a melhor do País. Em resumo, são estas as medidas que pretendo adotar para agilizar a Justiça.

A Justiça do DF está consolidada, em termos de instalações físicas. Inaugurou recentemente o anexo II do fórum de Brasília, o fórum do Paranoá e de Samambaia. O que falta agora, para ela ser mais ágil?

Nós já temos alguns terrenos doados para este juizado especial. Tão logo consigamos a lei a que me referi, iremos procurar recursos para construir nestes terrenos. Este juizado especial é uma Justiça nova e extremamente importante. Porque lá o cidadão não paga custo nem mesmo advogado. E resolve as suas pendências em prazo curtíssimo, na maioria dos casos, em 48 horas.

Com este esquema, o senhor pretende acabar com os processos encalhados nas prateleiras?

Sem dúvida nenhuma, vamos pôr em dia os nossos serviços.

Há um sentimento geral de impu-

nidade em nossa sociedade. Esta seria uma das causas do aumento da violência. Como o senhor vê isso?

Não creio. Não participo deste convencimento de que há um sentimento de impunidade. O que há, na verdade, é que o juiz não elabora a lei. Ele aplica a lei que existe. Infelizmente, as nossas leis, em muitos casos, punem com pena reduzida delitos que ferem a sociedade. Exemplo disso são os delitos praticados por jovens, menores de 18 anos, que só podem receber punição de internamento por prazo não superior a três anos. Então, é claro que isso provoca grande revolta da sociedade. Porque delitos graves, como este que aconteceu, na Ceilândia, onde botaram fogo num carro com uma moça dentro (caso Taina), se um dos delinquentes é menor, ele é punido de forma muito branda para a gravidade do delito que praticou.

Qual seria a solução? Mudar, reformar o Estatuto?

Eu penso que este Estatuto, que é

muito bom para apresentar nos congressos, não está adequado à nossa realidade. A delinquência juvenil é hoje um dos maiores problemas do País. E muitos destes delinquentes jovens acreditam que jamais serão punidos.

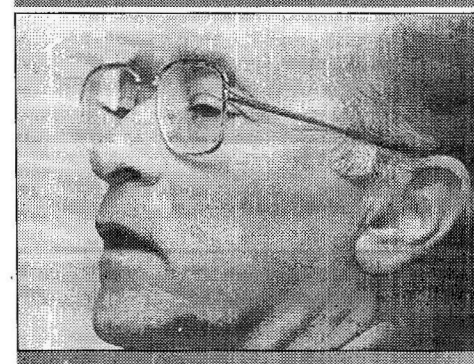
Então, o senhor defende a reforma do Estatuto?

É. Eu defendo a reforma do Estatuto (da Criança e do Adolescente).

Em que a superlotação dos presídios afeta o Judiciário?

Embora a superlotação dos presídios não seja um problema que possa ser resolvido por ação do poder Judiciário, afeta a imagem da Justiça. Mas não tenho qualquer dúvida que este problema só tem solução se o Executivo investir nesta área, criando novos presídios e imaginando outras soluções. Quem sabe se penas alternativas. Já que o País é pobre e não tem recursos para construir escolas e hospitais, também não pode fazer presídios.

Como o senhor pretende manter



Defendo a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ele é bom para apresentar nos congressos, mas não está adequado à nossa realidade

as relações entre a imprensa e o Judiciário, já que elas nem sempre são cordiais?

Não tenho qualquer queixa do relacionamento com a imprensa. Toda vez, me relaciono muito bem. O que acontece é que a imprensa, muitas vezes, passa uma informação distorcida para a opinião pública. Informação esta que já obteve distorcida. E o Judiciário, como tem pouco acesso à imprensa, acaba não corrigindo o erro. Então, as coisas ficam distorcidas. Que o Judiciário é moroso é uma crítica que aparece com muita frequência. Em boa parte, isso é verdade. Tanto é que vou fazer esta campanha para agilizar. Mas por que moroso? Em palavras simples, temos meia dúzia de juizes para muitos processos. Então, precisamos de mais juizes, mais varas e até mesmo pagar aos juizes um pouquinho melhor. Os juizes são uns sacrificados. Trabalha noite e dia. E não está sendo remunerado como devia.

Qual sua proposta para a reforma do Judiciário?

Dizem que o Judiciário é moroso, mas morosa mesmo é a reforma. Pois a última que tivemos foi em 1975. Não se pode negar isso e há necessidade de aprimorar as coisas. Tenho uma idéia que pretendo defender, relativa aos recursos. No Brasil, ninguém se conforma com uma só decisão. O cidadão perdeu, recorre. Pois bem, só terá direito a recorrer quem depositar 10% do valor da causa. Tem que haver um risco do recurso, o ônus recursal. O que isto significa? Não haveria mais o recurso protelatório só para ganhar tempo. Nos casos de embargo de declaração, teria que depositar 1%. Seria aplicado apenas no cível. Pois no crime, envolve o direito de liberdade.

Alguma mensagem a seus jurisdicionados?

Quero dizer que nós vamos desenvolver a presidência do TJDF com essa meta de dinamizar os serviços judiciários e, para isso, vamos aplicar todos os nossos esforços. E também quero contar com o apoio da imprensa, para que possa levar às pessoas, a quem o Judiciário não tem acesso, estas providências que vamos tomar.